

ASPECTOS SÓCIO-POLÍTICOS DA DINASTIA NERVA-ANTONINA: UMA LEITURA HISTORIOGRÁFICA

Johnatan da Silva Andrade¹, Adriele Andrade Ceola²

¹Acadêmico do Curso de Licenciatura em História, Campus Maringá/PR, Universidade Cesumar - UNICESUMAR, Programa Voluntário de Iniciação Científica (PVIC/Unicesumar). johnatanandrade81@gmail.com

²Orientadora, Mestre e Docente de Licenciatura em História da EAD-UNICESUMAR. adriele.ceola@unicesumar.edu.br

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo o levantamento e estudo acerca da bibliografia produzida durante a segunda metade do século XX e início do século XXI acerca da Dinastia Nerva-Antonina. Com isso, a pesquisa foi dividida em três momentos: o contexto histórico romano do século II d.C.; como a Dinastia Nerva-Antonina tem sido tratada dentro das produções historiográficas; e, por fim, discutimos a imagem dos imperadores antoninos, de Nerva a Marco Aurélio. Isso significa que apresentamos como os estudos científicos da história mais atuais, pautados no contexto, percebem esse momento histórico, e quais foram os fatores cruciais que tornaram a Dinastia Antonina um exemplo, dentro da historiografia, para condução política romana antiga.

PALAVRAS-CHAVES: Império Romano; Principado; Dinastias Imperiais; Historiografia.

1 INTRODUÇÃO

Durante quase todo o II d.C., a dinastia Antonina governou o Império Romano e o levou ao apogeu político que ficou conhecido como “século de ouro”. Entretanto, o primeiro aspecto que esse artigo pretendeu revisar foi como a historiografia recente desenvolveu suas análises acerca desse período.

Para alcançarmos nossos objetivos, nos pautamos nas teorias e métodos desenvolvidos por Marc Bloch (2009), que defende que cada historiografia é produto de seu tempo, haja vista ser impossível escrever sobre o passado, despido completamente de parcialidade. Pois, como o autor (2009) afirma, é necessário a contínua investigação do passado sob diferentes óticas que surgem na sociedade presente, visto que os discursos historiográficos se atualizam constantemente.

Nesse aspecto, a presente pesquisa propôs recortes temporais e de tema, a fim de que fosse possível realiza-la. Para isso, a historiografia analisada foi limitada entre Rostovtzeff (1977) até as publicações mais atuais, assim como delimitamos as buscas entre os imperadores Nerva-Antoninos, com exceção de Cômodo, de modo geral e individual.

2 OS ANTONINOS: UMA DINASTIA DE OURO

Por muitos séculos, a dinastia Nerva-Antonina tem sido vista como próspera, gerando para si adjetivos positivos, tais quais “dinastia de ouro” ou dinastia dos “melhores”. Um dos fatores que contribuiu para essa visão positiva acerca da dinastia foi a política não oficial de adoção de homens mais “preparados” para assumir a condução de Roma, o que contrariava algumas escolhas de dinastias passadas, que atuavam por hereditariedade.

Além disso, a visão positiva acerca dos antoninos pôde ter sido potencializada pela comparação com o governo de Domiciano – o último imperador da dinastia flaviana¹ –, governante esse com tendências a centralização do poder imperial em si. Nesse sentido, Nerva, já em idade avançada, ao escolher Trajano rompeu com a prática de sucessão hereditária, comum entre os flavianos. Conforme tal política, Rostovtzeff (1977) evidencia

¹ A dinastia flaviana foi composta por Vespasiano, Tito e Domiciano, sendo os dois últimos filhos do primeiro. Isso significa que essa dinastia adotava a sucessão hereditária do poder, diferente da política da adoção iniciada pela dinastia Nerva-Antonina.

em suas observações que essa prática permitiu a escolha daqueles considerados aptos a governarem o império, como é possível observar a seguir:

Roma nunca havia tido uma sucessão de governantes capazes, honestos, duros no trabalho, patriotas e conscientes, como os que se sucederam no trono nos primeiros setenta e cinco anos do século II. Os imperadores diferiam em caráter, temperamento e origem, alguns pertenciam à nobreza itálica, outros à provincial, mas todos se guiaram pelo mesmo princípio e colocaram em primeiro lugar seu dever de trabalho para o Estado e o Império, para agir em benefício de todos os seus súditos. (ROSTOVITZEFF, 1977, p. 113-114)²

Essa descrição de Rostovtzeff (1977) reflete que, durante o século XX, os Antoninos foram marcados por esse pensamento de estabilidade e apogeu. Com o pensamento parecido com o autor anterior, Corassin (2001) pontua que as fontes latinas afirmam que Nerva trouxe equilíbrio e restaurou o senado conforme os resquícios do governo de Domiciano se findaram. Por conseguinte, a autora (2001) continua a afirmar que o governo do primeiro imperador da dinastia Nerva-Antonina foi transitório, mas alcançou sucesso quando Nerva decidiu escolher Trajano para sucedê-lo.

O primeiro imperador da dinastia Nerva-Antonina já possuía carreira pública junto aos senadores e magistrados de Roma, visto que tinha origem aristocrática e era senador quando Domiciano faleceu. Dessa forma, o senado depositou nele a confiança para a condução imperial, pois levaram em consideração sua experiência política e seus aspectos favoráveis. Ou seja, “O senado escolheu como imperador Nerva, um velho que tinha a reputação de ser um homem justo e sábio” (GRIMAL, 2011, p. 159), com a aposta de que era um homem apto a conter as revoltas que ocorriam sob Domiciano, e que também alcançaria a aprovação dos militares.

Com essa ideia presente na mentalidade dos romanos, quando Nerva escolheu Trajano como seu sucessor, reafirmou que a adoção do mais preparado era a melhor forma política para evitar a crise em Roma. Nesse sentido, cresceu uma expectativa em Trajano para resolver os problemas no Império. Essa expectativa foi escrita pelos historiadores classicistas, dentre os quais Grimal, que escreve que: “Esse foi Trajano. E com ele começa a mais gloriosa das dinastias imperiais, a dos antoninos. Cabe a ele o mérito de ter feito reinar a paz no mundo praticamente sem descontinuidade por quase um século [...]” (GRIMAL, 2011, p. 159).

Quando avançamos mais um pouco nas obras levantadas em nossa pesquisa, ao observar as produções do século XXI, encontramos uma obra que pretende rever essa historiografia mais tradicional, intitulada *Repensando o Império Romano*. Quando Mendes (2006) – uma das autoras do livro – aborda sobre a política de adoção do “melhor”, escreve que essa medida funcionou até a escolha por Marco Aurélio, enquanto que “Cômodo rompeu com o ideal de príncipe perfeito” (MENDES, 2006, p. 48). Nesse ínterim, a única decisão pouco sábia de Marco Aurélio, na concepção desta historiografia, foi não ter adotado o “melhor”, mas sim, seu filho.

Todavia, essa ideia começa a ser contestada nos estudos mais recentes. Para comprovar tal afirmativa, mencionamos Gaia (2020), que tece uma análise perante essa conduta política: “Essa dinastia, em grande parte, repousou sobre o equilíbrio entre poder civil e militar e ficou conhecida como a dinastia da adoção do melhor, um mito que até hoje

² Roma nunca había tenido una sucesión de gobernantes capaces, honestos, duros en el trabajo, patriotas y conscientes, como los que se sucedieron en el trono en los primeros setenta y cinco años del siglo II. Los emperadores diferían en carácter, temperamento y origen, algunos pertenecían a la nobleza itálica, otros a la provincial, pero todos se guiaron por el mismo principio y pusieron en primer término su deber de trabajar por el Estado y el Imperio, de actuar en provecho de todos sus súbditos.

ronda a historiografia” (GAIA, 2020, p. 177). Por conseguinte, ainda por ser um estudo recente, isso já demonstra certa contestação por essa política sucessória.³

Enquanto isso, Le Roux (2009) aponta que, não somente sob Cômodo, mas que durante o principado de Marco Aurélio, muitas adversidades se encontravam em seu governo, e se agravaram ao ponto de chegar a crise. Isso significa que a crise era existente antes mesmo da decisão do sucessor de Marco Aurélio, o que rompe com a visão de apogeu proposta por Rostovtzeff (1977) para os imperadores Nerva-Antoninos.

Ainda no aspecto sobre a integridade na narrativa de estabilidade durante os Nerva-Antoninos, Woolf (2017, p. 28) pontua que “durante o século II, uma série de imperadores que reinaram por um tempo significativo administraram um império relativamente estável”. De modo semelhante, Eyler (2019) também utiliza a expressão “relativamente estável”, dessa forma é possível inferir que, neste século, a historiografia continuou a observar os Nerva-Antoninos como responsáveis por um momento de relativa paz, contribuindo com a tese do “século de ouro” que a historiografia romana e do século passado atribuíram ao século II d.C. no Império Romano.

Um pouco distinto dessa visão positiva acerca da dinastia Nerva-Antonina, Selvatici (2019, p. 285) aponta uma primeira fragilidade durante o curto governo de Nerva: “o fracasso de Nerva em reestabelecer certa tranquilidade no cenário político imperial e conferir estabilidade a seu regime se transformou em palco para ação de possíveis usurpadores do poder imperial”. Em um curto período de tempo, já foi possível perceber fragilidades no governo que seria a gênese para a “dinastia de ouro”.

Com perspectiva semelhante a Selvatici (2019), Woolf (2017) também pontua que Nerva não foi tão estável em seu governo, sendo a adoção de Trajano a melhor política para atender aquele momento de incertezas após a morte de Domiciano. Logo, por certo aspecto, Nerva era um projeto de articulação do Senado para manter essa ordem estável e influente, pois, “em certo sentido, o Império Romano era uma grande articulação de diferenças, com caráter elitista, hierárquico e centralizador” (GUARINELLO, 2019, p. 158).

Por conseguinte, os escritores contemporâneos ao Império Romano⁴ desenvolveram uma narrativa otimista em Nerva e a mantiveram em seu sucessor Trajano, já que nesses dois governos “Os senadores tiveram seus privilégios ainda mais reafirmados e atuavam como conselheiros dos *princepis*.” (GAIA, 2020, p. 185). Logo, a influência Senatorial poderia ter estabelecido a construção de uma imagem positiva desses dois primeiros imperadores, pois as produções documentais que eram escritas neste período estavam fortemente influenciadas por imperadores e senadores.

O governo de Trajano teria dado continuidade com as relações “amistosas” com o senado já que “A imagem deixada por Trajano nos autores antigos é muito positiva. Eles afirmam que, ao saudar um novo imperador, os senadores desejavam que este fosse mais feliz do que Augusto e melhor do que Trajano” (CORASSIN, 2001, p. 77). Essa constituição de afirmativa por parte dos historiadores romanos favoreceu a imagem positiva do segundo imperador Nerva-Antonino, mas a Ordem Senatorial também teve sua função nessa construção de imagem, já este imperador possuía origem aristocrática e fazia parte da Ordem Senatorial.

Nesse sentido, um aspecto social que contribuiu para a visão positiva de Trajano na condução do império foi sua origem. Sendo originário da província da Hispânia, ele favoreceu mais tarde a entrada dos provinciais para a Ordem Senatorial, que eram os novos

³ Gaia dedica um tópico para explicitar porque seria um mito a adoção. Consultar: BRANDÃO, J. L.; RODRIGUES, N. S.; TEIXEIRA, C. A. Introdução. In: **História Augusta volume I: vidas de Adriano, Élio, Antonino Pio, Marco Aurélio, Lúcio Vero, Avídio Cássio e Cômodo**. Tradução, introdução e notas por BRANDÃO, J. L.; RODRIGUES, N. S.; TEIXEIRA, C. A. São Paulo: Annablume Editora, 2012.

⁴ Usualmente, os escritores e pensadores contemporâneos ao Império Romano faziam parte das ordens sociais superiores (ordem senatorial e ordem equestre), ou estavam muito próximos de membros dessas ordens. Isso significa que era comum o teor dos escritos serem favoráveis a imperadores e políticos da época.

aristocratas de Roma. Tanto que, sob Adriano – seu sucessor – houve uma maior expansão de direitos aos provinciais. Frente a isso,

Trajano, sendo de origem provincial, não ascendeu ao poder sozinho, mas levou consigo, de maneira direta e indireta, todos os provinciais que, a partir dele, puderam ascender aos mais altos cargos das ordens dirigentes romanas. (GAIA, 2020, p. 181)

Diante disso, manter uma narrativa documental positiva sobre Trajano possibilitaria que a política de adoção pudesse levar a Roma indivíduos nascidos fora dos limites da cidade capital e garantir a extensão do prestígio e poder político a quem ainda não tinha o *status* de cidadão romano.

Essa ampliação no direito dos provinciais, para adentrar nas principais ordens sociais, também foi mencionada por Alföldy (1989, p. 110) como um dos fatores para o apogeu político nos dois primeiros séculos, pois: “Foi nesta época que o *Imperium Romanum* não só atingiu sua máxima extensão geográfica, como também viveu um período relativamente pacífico, quer a nível interno quer nas suas fronteiras”. E uma dessas contribuições foi a “coesão das elites locais” (ALFÖLDY, 1989, p. 111). Foi a partir de Trajano, e sob o legado dos Antoninos, que foi possível essa constituição política.

Dessa maneira, podemos afirmar que os autores contemporâneos da Roma Antiga desenvolveram a narrativa favorável acerca dos Antoninos; assim, esses autores construíram uma imagem positiva sobre o período, que ficou conhecido como “Século de Ouro”. Todavia, na mesma obra, Alföldy (1989) afirma que durante o governo de Antonino Pio houve os primeiros indícios de crise e desestruturação política em Roma. Diante disso, uma forte crise na sociedade romana se estruturou bem antes dos Antoninos ascenderem ao poder, logo, essa crise teve seus princípios no século II d.C., o que contesta a relativa prosperidade política que a historiografia evidencia.

Ainda acerca da contradição desse momento político de apogeu, Corassin (2001) aponta que foi em Antonino Pio que Roma chegou ao ápice da prosperidade e equilíbrio. Diferente de Alföldy (1989) que defende a tese de início da crise política e social em Roma. Analisando o contexto histórico dessas produções historiográficas, entre 1980 e os primeiros anos de 2000, é possível encontrar pouca contestação sobre o pensamento dominante acerca dos Nerva-Antoninos, bem como não há muitas buscas para revisar a expressão “Século de Ouro”.

Ao direcionar nosso olhar a Adriano também encontramos inconsistências da estabilidade antonina, visto que sua ascensão ao poder foi objeto de contradições. Conforme Grimal (2003), Adriano só seria escolhido por Trajano por favores à Imperatriz Plotina⁵. O autor (2003) ainda coloca que mesmo com este conflito, os Antoninos continuaram com a visão positiva de estabilidade junto a política de adoção. Outros problemas individuais dos imperadores, também eram conhecidos, como observamos a seguir:

Diz-se também que Faustina, a mulher do imperador Antonino, o Piedoso, não lhe foi muito fiel. Mas todos esses escândalos, murmurados, não impediram que os Antoninos fossem considerados como os príncipes mais perfeitos, mais justos, e admirou-se muito que eles tenham tido a sabedoria de transmitir o poder a adotivos, aparentemente “os mais dignos”, mesmo que, na realidade, possamos suspeitar de que os escolhidos fossem filhos deles, oriundos de alguma união clandestina (GRIMAL, 2003, p. 161).

Como observou Grimal (2003), o próprio escolhido tem em sua origem algumas imprecisões, mas que parte da recente historiografia não apresenta em suas discussões.

⁵ Plotina, nasceu na região da província da Hispânia e era cônjuge do Imperador Trajano, que adotou e protegeu Adriano – seu sucessor no Império.

Por conseguinte, o impasse nessa sucessão já evidencia o caráter frágil da escolha do “melhor”. No entanto, a ideia de “idade de ouro” durante os antoninos não se centralizou somente nas atitudes de adoção dos imperadores, visto que outros motivos existiram. Nesse caso,

As matrizes historiográficas construídas no final do século XIX e na primeira metade do século XX nos passam uma imagem de ação imperialista Romana de forma cêntrica, descritiva e unilateral, sem a preocupação de considerar o papel das comunidades dominadas e a diversidade de situações regionais surgidas como respostas ao impacto da dominação Romana. Muitas vezes, estas abordagens reduzem o Império Romano a uma entidade política homogênea e estática. (MENDES, 2007, p. 28)

Além dessa visão unilateral, falta o cuidado de analisar em quais fontes documentais estão baseadas as informações produzidas acerca dos Antoninos e, muitas vezes, a falta de constantes revisões sobre tais produções, visto que elas possibilitariam dimensões de análises múltiplas a esse passado histórico. É o que pontua Bloch (2001): “uma experiência, quase tão velha como a humanidade, nos ensinou que mais de um texto se diz de outra proveniência do que de fato é: nem todos os relatos são verídicos e os vestígios materiais, eles também, podem ser falsificados” (BLOCH, 2001, p. 89). Sendo assim, as revisões de literaturas de determinados temas, podem apontar fragilidades nas diferentes leituras acerca dos mesmos documentos.

3 OS ANTONINOS DE NERVA A MARCO AURÉLIO

A dinastia Nerva-Antonina, foi composta por seis imperadores, cada qual com características próprias, enfrentando momentos distintos dentro do Principado. Nesse sentido, faz-se importante conhecer cada um deles, com suas similaridades e diferenças.

3.1 NERVA

No ano de 96 d.C., Domiciano foi assassinado por meio de uma conspiração da Guarda Pretoriana⁶. Com isso, o Senado e o exército entregavam a Marcus Cocceius Nerva o poder sem que houvesse conflitos sangrentos (ROSTOVITZ, 1977); o que colocava grande expectativa no governo do novo imperador. Pois, Nerva vinha de uma família aristocrática, bem como já havia desempenhado a função política de cônsul.

Além disso, quando ele subiu ao poder se encontrava em idade avançada, o que ocasionou um governo curto, mas que mudou significativamente a política Romana: “Seu reinado foi encarado como uma restauração senatorial e como o retorno do equilíbrio após excessos de tirania” (CORASSIN, p. 76, 2001).

Entretanto, um curto governo não teve tempo suficiente para tirar os resquícios de governos tirânicos passados. O que levou a estabilizar sua posição em Roma foi a escolha de Trajano como seu sucessor. Costa (2013) afirma que, o primeiro imperador Nerva-Antonino era popular dentro dos limites do Império, e precisava conquistar a aprovação dos legionários, diferente dos imperadores anteriores a ele.

Por conseguinte, diante de tal cenário de crise que se encontrava Roma, Nerva, ao adotar Trajano, possibilitou uma melhor flexibilidade de diferentes famílias no poder, junto ao crescimento da aristocracia provincial e conseqüente ascensão para ordens sociais, como a Equestre. O imperador foi a gênese à visão positiva sobre essa dinastia, uma vez que “[...] conseguiam-se resultados excelentes do ponto de vista político” (ENCARNAÇÃO, 2014, p. 52).

⁶ Desde o governo do imperador Otávio, os militares da Guarda Pretoriana agiam como uma guarda pessoal do imperador em exercício.

Woolf (2017) chama atenção para o fato de a adoção ser um meio sistemático e tradicional para renovação das famílias aristocráticas. Conforme a política de adoção, Nerva, ao trazer essa ação para o poder imperial, trazia segurança para manter essas famílias no poder. Ainda mais, sendo os autores da época originários de fora das fronteiras da cidade de Roma, pode-se compreender que houve uma narrativa favorável à posteridade em favor dessa ação, e essas famílias perpetuaram-se no poder beneficiando-se da política de adoção do “mais bem preparado”. Assim, Gaia (2019) conclui que:

A forma como lidaram com o poder imperial não se distinguiu muito da época de Augusto, embora a historiografia insista naqueles que respeitaram as prerrogativas senatoriais – como Nerva, Trajano, Antonino Pio e Marco Aurélio – e aqueles que desdenharam essas prerrogativas, como Adriano e Cômodo. O respeito as prerrogativas senatoriais foram decisivas na forma como esses imperadores foram retratados pela historiografia tradicional romana, fortemente influenciada pela ideologia senatorial; (GAIA, 2020, p. 176)

Dessa forma, essas leituras apontam à influência dessa possível troca de favores entre o Senado e o imperador sob a dinastia antonina, o que explica a documentação favorável a esses governantes. Entretanto, essas fontes – em trabalhos mais atuais – já são mais questionadas sobre o que de fato ocorreu durante esse período.

3.2 TRAJANO

O governo de Nerva foi curto, visto que durou menos de dois anos. Dentro desse período, um de seus maiores feitos foi ter escolhido Trajano como seu sucessor, instaurando a política de adoção. Nas palavras de Rostovtzeff (1977, p. 113): “A adoção substituiu a herança e os imperadores trataram de escolher honestamente como sucessores os melhores homens ou os jovens mais promissores da aristocracia.”⁷ Isso significa que a sucessão do melhor geraria expectativas para um eficiente governo que se seguiria durante os Antoninos.

Marco Úlpio Trajano foi o sucessor de Nerva, governou de 98 a 117 d.C. e é comumente citado como o imperador que estendeu ao máximo as fronteiras do Império Romano. Além de sua política expansionista, teve uma relação positiva com diversos autores e pensadores do período do Principado, o que rendeu uma documentação amplamente favorável a seu respeito. Como exemplo, podemos citar Plínio, o Jovem (61 d.C.-114 d.C.), que escreveu o Panegírico de Trajano, e nesse documento é possível encontrar expectativas criadas na figura deste imperador, que foi ao encontro da ideologia do “melhor” que a aristocracia Romana almejava (COSTA; VENTURINI, 2013). Foi com Trajano que as fontes iniciaram a construção da imagem dos “melhores imperadores” do período do Principado Romano.

Trajano foi um dos imperadores antoninos mais famosos dentro da historiografia, portanto, ele foi um dos governantes mais retratados dentro das obras acadêmicas. Rostovtzeff (1977) conclui que esse condutor de Roma foi o mais extraordinário entre todos, pois tinha a visão de todos os detalhes que circundavam o Império Romano naquele tempo.

Entretanto, é importante pontuar que os principais documentos acerca deste imperador são enviesados e pouco objetivos. Alföldy (1989) afirma que, com os Antoninos no centro do Império, as diversas famílias aristocráticas provinciais conquistavam mais espaço dentro do poder político de Roma. Nesse sentido, é possível identificar constantes escritos de propaganda positiva a Trajano, como estratégia de projeção política pessoal desses indivíduos (COSTA; VENTURINI, 2018).

⁷ La adopción sustituyó a la herencia y los emperadores trataron honestamente de escoger como sucesores a los hombres mejores o a los jóvenes más prometedores de la aristocracia.

Venturini (2001) ainda escreve que a extensão de cidadania Romana estava articulada com favores ao Imperador, já que Trajano poderia escolher os membros para compor o Senado. Tanto que o segundo imperador Nerva-Antonino “[...] foi um excelente administrador, que se ocupava de todos os detalhes do governo e dirigia seus subordinados, elegendo cuidadosamente entre os membros da aristocracia”⁸ (ROSTOVTZEFF, 1977, p. 114).

Dialogando com a ideia anterior, Grimal (2011) apresenta Trajano como àquele que trouxe paz e prosperidade para as fronteiras do Império. Todavia, o autor (2011) menciona que há falta de documentos acerca do período, sendo o historiador e político, Públio Cornélio Tácito (56 d.C.-117 d.C.), um dos únicos autores a confirmarem as informações.

Nesse sentido, Gaia (2020) escreve sobre as documentações que retratam o governo de Trajano, bem como seu cuidado de análise como documento histórico, assim como podemos observar no excerto a seguir:

Os relatos sobre Trajano são raros. Além de Díon Cássio, de Eutrópio e de Aurélio Victor, há Plínio, o Jovem. A carreira de Trajano foi apresentada por Plínio, no seu *Panegírico*, mas por conta da natureza desse gênero literário, deve-se tomar cuidado ao analisá-lo devido os exageros plinianos. (GAIA, 2020, p. 187)

Com tal influência, e diante de pouca documentação, como apontada por Gaia (2020), para entender essa prosperidade, não podemos afirmar ao certo, além dos motivos já descritos, o porquê de Trajano ser visto tão positivamente dentro da historiografia atual. No entanto, podemos afirmar que esses trabalhos apresentam que Trajano influenciou seus sucessores, se constituindo como exemplo de imperador a ser seguido. Além de se tornar uma figura popular,

Trajano chegou ao ponto de ser cristianizado, por intercessão divina, pelo Papa Gregório I. Tomás de Aquino e Dante viram nele o modelo de um pagão virtuoso. Na sua passagem pelo paraíso, Dante viu Trajano, apesar de muitos outros imperadores estarem no inferno. Para Maquiavel, o principado de Trajano foi um modelo a ser seguido por todos os príncipes. (GAIA, 2020, p. 188)

Diante dessa representação positiva no decorrer da história, Trajano continuou sendo um líder estável, que resolveu os problemas do Império Romano em seu tempo, o qual contribuiu para a narrativa historiográfica positiva e monumentalizada. Porém, como pontuado antes, a falta de documentação, e as que existem tendo o caráter de propaganda imperial, pode sinalizar um direcionamento de “apogeu” do “governante ideal”, Trajano, nas análises historiográficas, bem como a escassez de análises de possíveis instabilidades do período.

3.3 ADRIANO

Após Trajano, Públio Élio Adriano assumiu a condução de Roma, entre 117 e 138 d.C., cuja imagem ficou marcada com uma forte influência helênica. Foi um imperador que viajou frequentemente por muitas extensões do Império, o que possibilitou um enfraquecimento de sua figura com a Ordem Senatorial, já que esta funcionava fixamente em Roma. Rostovtzeff (1977) aponta que Adriano procurou aumentar o direito social de benefícios para os integrantes do Império Romano. Além disso, continuou com os movimentos bélicos que Trajano havia empreendido na conquista territorial, porém, é também com Adriano que o Império sofre baixas territoriais.

Com Adriano, a historiografia é mais silenciosa quando comparado a Trajano - nem ao menos foi apresentado como a melhor escolha naquele momento. É importante

⁸ Además fue un excelente administrador, que se ocupaba de todos los detalles del gobierno y dirigía en persona a sus subordinados, elegidos cuidadosamente entre los miembros de la aristocracia.

demarcar ainda que seu governo é analisado com foco nas ações contrárias as de Trajano, o que implica em uma narrativa histórica menos expressiva na ótica do “melhor”. Tanto que, “Ao assumir o poder imperial, mudou a política exterior, adotando uma linha pacifista, contrária à expansão militar” (CORASSIN, 2001, p. 77). Essa conduta já é apontada em contraste ao governo de Trajano que alcançou êxito nas expansões militares e conquistas de novas regiões.

Um dos aspectos mais expressivos que a historiografia chama a atenção a Adriano, é sua educação e suas viagens pelo Império. Guarinello (2009) esclarece que a cultura grega era essencial à educação das elites romanas e provinciais, e a partir de Adriano, essa cultura foi mais significativa na conduta do imperador, e isso implicava na relação com a Ordem Senatorial e com outras instâncias do Império. Tanto que, tal formação gerou o apelido de “greguinho” e trouxe privilégios a estrangeiros, principalmente aos atenienses (CORASSIN, 2009).

Isso vai iniciar uma crise entre Adriano e a Ordem Senatorial. Conforme Pinto (2019), a medida preventiva de Adriano foi se cercar de membros da ordem em ascensão, a dos Equestres, para evitar conflitos com inimigos advindos do Senado.

Outra circunstância que aumentou a distância entre o senado e o terceiro imperador Nerva-Antonino foi a série de viagens que ele empreendeu pela extensão romana, estando menos presente em Roma. De acordo com Woolf (2017, p. 29) “O Império era governado de onde o imperador estivesse”, o que significa que a relação desenvolvida entre o governante de Roma, o senado e os magistrados, era frágil para conduzir o império. O historiador (2017) ainda afirma como o senado perdeu forças políticas diante de conflitos externos e o constante movimento de Adriano:

Podemos fazer a origem do desenvolvimento da corte imperial e sua transformação em instituição móvel remontar a Adriano e Marco Aurélio. Assim que os assuntos militares arrastaram os imperadores para as fronteiras, o papel do senado se tornou inevitavelmente marginalizado. [...] Éditos imperiais substituíam decretos do Senado como fonte de lei e os embaixadores iam agora, por razões práticas, para corte, não para Roma. (WOOLF, 2017, p. 310).

Ao deixar fraca a relação com o senado e magistrados, Adriano também perdeu terras que Trajano havia conquistado, e colocou em questionamento a ideia de estabilidade que a historiografia insistiu em promover sobre os imperadores que compõe a dinastia Nerva-Antonina.

Outro aspecto que desfavoreceu a imagem de Adriano foi suas relações conturbadas com sua mulher Sabínia e seu suposto amante, o jovem Antínoo. Contrariando a virilidade esperada entre os imperadores de Roma, a morte de Antínoo em 130 d.C., no Egito, parece tê-lo afetado, uma vez que “Em desmesurado luto, nunca esperado em tal intensidade vindo de um homem romano, quanto mais de um imperador, chorou copiosamente a morte de Antínoo, como o faria uma mulher” (PINTO, 2019, p. 342). Após a morte do seu suposto jovem amante, a historiografia aponta que Adriano não conseguiu desempenhar suas funções imperiais de forma excelente, tal qual Trajano.

Diante disso, podemos concluir que Adriano foi um imperador que não seguiu firmemente com a tradição romana, visto ter influência grega e não ter sido presente na cidade de Roma, passando a maior parte do tempo nas viagens pela extensão imperial. Todavia, diante dos fatos que permearam o governo de Adriano, ele continuou na ala de políticos que fizeram do século II d.C. de “Ouro”, como apontado pela historiografia, logo, percebe-se que mesmo diante destas instabilidades, a narrativa acerca de “bom” imperador se mantém nas recentes produções.

3.4 ANTONINO PIO

Em 138 d.C. Adriano escolheu Antonino Pio para sucedê-lo no Império. As fontes documentais para o quarto imperador da dinastia antonina são mais escassas, o que implica o questionamento do motivo de seu governo oferecer o nome para a dinastia. Este imperador continuou com a política similar à de Adriano, pois teve o cuidado em empreender ações nas províncias. Porém, na historiografia há distintas opiniões sobre este governante, não havendo conclusão sobre o motivo de seu nome ter sido dado a dinastia que pertenceu. Dessa forma, conclui-se que

Sob Antonino Pio, o império atingiu o apogeu de sua prosperidade e equilíbrio. A propaganda oficial explorou a imagem de idade de ouro, que aliás nos foi transmitida. Na realidade, foi um período de imobilismo, de poucas transformações. O imperador não se afastava de Roma, mal conhecia o Império, e seus filhos adotivos não receberam formação militar. Contudo, os problemas começaram a emergir sob os últimos dos Antoninos. (CORASSIN, 2001, p. 78)

Em Antonino Pio, devemos olhar com mais cautela os seus feitos e as análises historiográficas acerca deles. Devemos questionar as medidas que ele assumiu sob o Império e o quanto foram eficientes aos problemas que assolavam a população e o território, ao ponto de seu nome ser usado para representar a dinastia dos seis governantes.

No entanto, como explorado anteriormente, podemos afirmar que não houve muitos avanços durante o governo de Antonino Pio em relação as políticas e ações sociais que os imperadores anteriores tinham desenvolvido, foi conservador em seu tempo de governo, e seu maior feito seria boa situação do tesouro do Império (CORASSIN, 2001).

Com perspectiva distinta de Corassin (2001), Grimal (2011) escreve que o quarto imperador Nerva-Antonino foi um excelente administrador e uma figura piedosa. Da mesma forma, Eyler (2019) pontua que seus vinte e três anos de governo foram de paz e de prosperidade.

No entanto, Stadler (2019) apresenta um posicionamento distinto do de Corassin (2001), de Grimal (2011) e de Eyler (2019), visto que ele afirma estar “[...] em uma posição arriscada ao escrever sobre o imperador Antonino Pio. As fontes que dele se ocuparam são marcadas pelo mel que escorre de suas letras” (STADLER, 2019, p. 353). Isso significa que o autor (2019) afirma que há pouca documentação sobre este imperador, e as sobreviventes ao tempo não podem ser tomadas como precisas, pois são muito elogiosas.

Outro ponto que demonstra a fragilidade política da adoção do “melhor” foi a tentativa de Antonino Pio em divinizar Adriano perante a Ordem Senatorial, já que “Não foi fácil convencer os *patres*, pois tiveram relações ruins com o falecido imperador” (GAIA, 2020, p. 198). Logo, isso evidencia que a escolha de Adriano para Antonino foi conturbada, e assim, torna-se frágil essa conduta de sucessores escolhidos entre os “melhores”.

E diante da narrativa favorável para Antonino Pio, Gaia (2020) observa que ele rompeu com a política de deslocamento de seu antecessor e tentou se reaproximar do Senado. Dessa forma, garantiu um governo estável e que ficou na posterioridade como um imperador que atendia a expectativa dos senadores e magistrados.

Isso significa que as fontes históricas criaram uma visão favorável acerca deste imperador Nerva-Antonino. Em consonância com Stadler (2019), essa documentação foi fundamental para a visão mais branda sobre Antonino Pio, como podemos observar a seguir:

[...] consolidação da família de Antonino nas magistraturas garantiu ao imperador uma reputação histórico-biográfica. Isto se revela nos testemunhos da *História Augusta*, das *Meditações* de Marco Aurélio, no *Discurso a Roma* de Élio Aristides e nas emissões de moedas e medalhas durante a sua governança. A partir destes relatos forjou-se uma imagem ideal de Antonino afeito à recuperação, defesa e potência da tradição e da religiosidade romana. (STADLER, 2019, p. 361)

Além disso, podemos elencar outros fatores que contribuíram para uma imagem favorável acerca do quarto imperador Nerva-Antonino, dentre os quais, podemos mencionar a relação mais amistosa com os senadores, como é possível visualizar no excerto que segue:

Contudo, em termos políticos, não se pode radicalizar as posições de ambos os imperadores. É verdade que Antonino mostrou-se mais afável e respeitoso com o Senado romano tendo, inclusive, conquistado o feito de não haver nenhuma morte de senadores em seu tempo. (STADLER, p. 361, 2019).

Dessa forma, manter estabilidade e união com a Ordem Senatorial favoreceu Antonino Pio para a construção de uma figura imperial pacífica, ou, por vezes, como o ápice do Principado Romano. Mostra que a ótica Senatorial foi decisiva para tal representação.

3.5 MARCO AURÉLIO

Já em 161 d.C., Marco Aurélio foi escolhido para governar o Império frente ao momento de tensões nas fronteiras. Mais tarde, em 165 d.C., o Império adentrou uma crise pelo impacto da peste dos Antoninos – que causou sua morte (CORASSIN, 2001). Ele foi um imperador de caráter mais teórico do que prático, ou seja, desenvolveu suas ideias pela influência da doutrina estoica, que era forte nos ambientes aristocráticos os quais visitava.

Inicialmente, Marco Aurélio foi bem analisado pela historiografia devido a sua formação estoica. Silva (2019) pontua que essa filosofia não correspondeu com sua gestão pública no Império. Ainda de acordo com a autora (2019), este imperador não tinha experiência militar, o que rompia com a tradição romana de a maioria dos imperadores que haviam chegado até o poder.

Como consequência desse fato, Gaia (2020) demonstra que ao dividir o Império com Lúcio Vero e enviá-lo para a defesa do território romano, Roma acaba por sofrer com perdas territoriais, generalização das crises internas, bem como a morte de Vero em batalha.

O governo de Marco Aurélio foi considerado conturbado, visto que foi marcado por esses conflitos, a peste Antonina e a batalha contra Avídio Cássio. Além disso, os diversos conflitos externos exigiam a presença do imperador nas fronteiras imperiais, culminando em um governo mais monárquico do que republicano, como observa Woolf (2017, p. 267): “esses deslocamentos necessários foram acompanhados pela emergência de um estilo novo e mais abertamente monárquico. Longe das sensibilidades senatoriais, os imperadores podiam governar como os reis que sempre tinham sido”.

Conforme se aproximava do fim de seu poder imperial, Marco Aurélio enfrentou invasões em diversas fronteiras do Império, instaurando uma crise no conhecido “século de ouro”. Rostovtzeff (1977) discorre que excetuando essas crises nas fronteiras, o governo de Marco Aurélio também descumpriu a visão estabelecida pela escolha do melhor.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos fatos expostos, compreendemos que toda produção historiográfica tem uma finalidade bem determinada. E geralmente os objetivos correspondem aos acontecimentos contextuais. Em se tratando dos Nerva-Antoninos, é possível identificar uma continuidade da compreensão do período como “Século de Ouro”, governo dos “melhores”, entre outros adjetivos favoráveis. Todavia, há as produções mais atualizadas que apresentam contestações sobre essa visão unilateralmente positiva.

Além disso, conseguimos observar, individualmente, que os imperadores antoninos, muitas vezes, não foram romantizados, já que suas falhas como governantes foram conhecidas. No entanto, apesar dos problemas, a historiografia preferiu seguir o caminho de visão positiva acerca da dinastia Nerva-Antonina.

REFERÊNCIAS

- ALFÖLDY, G. **A História social de Roma**. 1. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- BLOCH, M. **Apologia da História ou ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.
- BRANDÃO, J. L.; RODRIGUES, N. S.; TEIXEIRA, C. A. Introdução. In: BRANDÃO, J. L.; RODRIGUES, N. S.; TEIXEIRA, C. A. **História Augusta volume I: vidas de Adriano, Élio, Antonino Pio, Marco Aurélio, Lúcio Vero, Avídio Cássio e Cômodo**. São Paulo: Annablume Editora, 2012.
- CORASSIN, M. L. **Sociedade e política na Roma Antiga**. São Paulo: Atual, 2001.
- COSTA, A. A. A transferência do poder no Império Romano: a sucessão de Nerva por Trajano. **Espaço Acadêmico**, v. 12, n. 141, p 40-46, 2013.
- ENCARNAÇÃO, J. **Estratégia do poder na Roma Antiga**. Cascais: Associação cultural de Cascais, 2014.
- EYLER, F. M. S. **História Antiga: Grécia e Roma, a formação do Ocidente**. 3. ed. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2019.
- GAIA, D. V. Os Antoninos: o Apogeu e o fim da Pax Romana. In: BRANDÃO, J. L.; OLIVEIRA, F. (Coord.). **História de Roma Antiga, volume II: Império Romano do Ocidente e Romanidade Hispânica**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020. p. 175-215.
- GRIMAL, P. **História de Roma**. São Paulo: Unesp, 2011.
- GUARINELLO, N. L. Império Romano e identidade Grega. In: FUNARI, P. P.; SILVA, M. A. O. (ORG.). **Política e identidades no mundo antigo**. São Paulo: Annablume, 2009. 147–163.
- GUARINELLO, N. L. **História Antiga**. São Paulo: Contexto, 2019.
- LE ROUX, P. **Império Romano**. 1. ed. São Paulo: L&PM Pocket, 2009.
- MENDES, N. M. Império e romanização: Estratégias, dominação e colapso. **Brathair**, v. 7, n. 1, 2007.
- MENDES, N. M. O sistema político do Principado. In: MENDES, N. M.; SILVA, G. V. (org.). **Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p. 21-49.
- PINTO, R. Adriano, o pequeno grego sui generis. In: PORTO, V. C.; SILVA, M. A. O. (Org.). **Imperadores romanos: de Augusto a Marco Aurélio**. São Paulo: LABHAM, UFPI, LARP, MAE, USP, 2019. 324-352.
- ROSTOVTZEFF, M. **Roma: de los orígenas a la última crisis**. 4. ed. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1977.

SELVATICI, M. O imperador Nerva. *In*: PORTO, V. C; SILVA, M. A. O. (org.). **Imperadores romanos: de Augusto a Marco Aurélio**. São Paulo: LABHAM, UFPI, LARP, MAE, USP, 2019. 267-292.

SILVA, G. V. Marco Aurélio: entre a glória e o Oblivium. *In*: PORTO, V. C; SILVA, M. A. O. (org.). **Imperadores romanos: de Augusto a Marco Aurélio**. São Paulo: LABHAM, UFPI, LARP, MAE, USP, 2019. 386-417.

STLADER, T. D. Antonino Pio. *In*: PORTO, V. C; SILVA, M. A. O. (Org.). **Imperadores romanos: de Augusto a Marco Aurélio**. São Paulo: LABHAM, UFPI, LARP, MAE, USP, 2019. 353-385.

VENTURINI, R. L. B. Amizade e política em Roma: o patronato na época imperial. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 23, p. 215-222, 6 maio 2008.

VENTURINI, R. L. B; COSTA, A. A. A Virtus e o Mos Maiorum do príncipe ideal no panegírico de Trajano. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, v. 2, n. 6, p. 23-40, 6 jul./dez. 2013.

VENTURINI, R. L. B.; COSTA, A. A. Império Romano e integração: os cristãos nas cartas de Plínio, o Jovem e Trajano. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 10, n. 30, p. 07-31, 23 dez. 2017.

WOOLF, G. **Roma: a história de um império**. São Paulo: Cultrix, 2017.